

PRODUTIVIDADE E DESEMPENHO: O TEMPO DO HOMEM E O HOMEM SEM TEMPO

SANDRO DE OLIVEIRA

MARTHA KASCHNY BORGES

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis,
Santa Catarina, Brasil

RESUMO: Este artigo procura incitar algumas reflexões sobre a relação entre o homem e o tempo. Metodologicamente, o texto assume uma abordagem qualitativa apoiada por pesquisa bibliográfica. Inicialmente, destaca-se o poder exercido por um instrumento originalmente concebido para servir a humanidade: o relógio. Em seguida, são apresentados elementos que indicam como a relação do homem com o tempo produz diversas aceitações, contradições e rupturas na sociedade moderna. Discute-se a estreita vinculação entre o tempo na modernidade e os conceitos de trabalho, consumo, produtividade e desempenho. Por fim, o texto denuncia a existência de forças sociais e econômicas que promovem a ditadura da “produtividade e desempenho” no âmbito da academia. Inclusive, essas forças se mostram insensíveis às consequências nefastas tanto para a pesquisa quanto para a produção acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Produtividade e desempenho. Tempo e relógio. Trabalho e consumo. Produtivismo acadêmico.

Relógio! deus sinistro, hediondo, indiferente,
Que nos aponta o dedo em riste e diz: “Recorda!
A Dor vibrante que a alma em pânico te acorda
Como num alvo há de encravar-se brevemente;
Vaporoso, o Prazer fugirá no horizonte

Como uma sílfide por trás dos bastidores;
Cada instante devora os melhores sabores
Que todo homem degusta antes que a morte o afronte.
Três mil seiscentas vezes por hora, o Segundo
Te murmura: Recorda! – E logo, sem demora,
Com voz de inseto, o Agora diz: Eu sou o Outrora,
E te suguei a vida com meu bulbo imundo!
Remember! Souviens-toi! Esto memor! (Eu falo
Qualquer idioma em minha goela de metal.)
Cada minuto é como uma canga, ó mortal,
E há que extrair todo o ouro até purificá-lo!
Recorda: o Tempo é sempre um jogador atento
Que ganha, sem furtar, cada jogada! É a lei.
O dia vai, a noite vem: recordar-te-ei!
Esgota-se a clepsidra; o abismo está sedento.
Virá a hora em que o Acaso, onde quer que te aguarde,
Em que a augusta Virtude, esposa ainda intocada,
E até mesmo o Remorso (oh, a última pousada!)
Te dirão: Vais morrer, velho medroso! É tarde!”
(BAUDELAIRE, 1985, p. 313).

DEMIURGO SEDUZIDO PELA CRIAÇÃO

Instrumento transformador do mundo, o relógio representa, de maneira incontestada, o incessante desejo humano de sujeitar a Natureza (*physis*) aos seus próprios desígnios. Cândido demiurgo! Julga que seu poder criador forçará a criação a servi-lo passivamente. Controlando o relógio, o homem crê, inocentemente, controlar o tempo. Baudelaire (1985, p. 313, grifo do autor) nos mostra o quanto estamos enganados: “Recorda: o Tempo é sempre um jogador atento/ Que ganha, sem furtar, cada jogada! É a lei”. Mesmo assim, não nos sentimos desanimados. Ingenuidade ou obstinada persistência? Não seria, talvez, a persuasiva melodia subliminar, incessante e recorrente, do “yes, we can”? E como ficam aqueles que não podem?

A sociedade contemporânea se reveste desse fascinante e irrefreável desejo – objetivo e subjetivo – de controlar o tempo. Os ponteiros do relógio seduzem o homem hodierno com sua monótona melodia de tique-taques e o pressionam nessa dança repetitiva, constante e alienada dos tempos modernos. Como um autômato destituído de vontade, oprimido e hipnotizado pelo canto dessa nereida – filha da técnica –, os homens veem suas vidas se esvaírem como os grãos de areia na ampulheta do tempo – destituídos que estão de uma finalidade, de um sentido mais profundo de existência.

Apesar de tudo, o desejo ilusório de controle ainda persiste. A modernidade com sua racionalidade instrumental impõe essa falsa sensação. É preciso controlar e preencher inevitavelmente nosso tempo, nosso dia, nossa vida. Esta é uma imposição exigida incessantemente pela sociedade contemporânea. Resistir significa um ato de subversão, rebelião, contravenção. A pena para tal infração é a exclusão da vida social ou a persistente manutenção daquele velado – algumas vezes explícito – sentimento de angústia e perda identitária que começou a tomar forma a partir do surgimento da Idade Moderna e atingiu seu apogeu nos tempos presentes. A tentativa de preenchimento desse vazio encontra alento no consumo – das coisas e do tempo – e no regozijo do consumo. Não se pode e não se deve resistir a esse encantamento.

O homem de nossos dias precisa se manter em estado permanente de consumo. Consumo do tempo e das coisas, lembra Matos (2008). A sociedade do consumo incita esse desejo. E o que se tornou a vida do homem senão o consumo de tempo pelo trabalho repetitivo e o consumo das coisas para satisfazer – e recompensar – as penas e fadigas desse ininterrupto processo vital (ARENDDT, 2005). Trabalho e tempo. O tangível e o intangível unidos nessa conspiração dissimulada. Aliança nefasta que sorve a essência e a existência humana. Não há como escapar à inexorabilidade do porvir que cobrará seu justo quinhão, pois “Cada minuto é como uma canga, ó mortal,/ E há que extrair todo o ouro até purificá-lo!” (BAUDELAIRE, 1985, p. 313).

O fado – ou fardo? – do homem moderno é viver trabalhando, laborando neste sempiterno movimento de satisfação dos processos metabólicos

do corpo. Arendt (2005, p. 180) já indicara a íntima relação entre a atividade do trabalho e as necessidades biológicas do homem:

Ao trabalhar, os homens produzem as necessidades vitais que devem alimentar o processo vital do corpo humano. E uma vez que este processo vital, embora nos conduza do nascimento até a morte em uma progressão retilínea de declínio, é em si mesmo circular, a própria atividade do trabalho tem de seguir o ciclo da vida, o movimento circular de nossas funções corporais, o que significa que a atividade do trabalho nunca chega a um fim enquanto durar a vida; ela é infinitamente repetitiva.

Sob esse ponto de vista, o homem não se distingue dos demais organismos vivos, pois ao trabalhar ele produz aquilo que é necessário para sua subsistência, para manter o movimento circular de seu próprio ciclo vital.¹ É nessa relação que o trabalho produz os bens de consumo. Assim, “trabalhar e consumir são apenas dois estágios do sempre-recorrente ciclo de vida biológica” (ARENDR, 2005, p. 180). Esses dois estágios coexistem tão proximamente que quase aparentam ser o mesmo movimento no qual um inicia ao final do outro em um ciclo fatigante e penoso que somente se encerra com a morte biológica – “Vais morrer, velho medroso! É tarde!” (BAUDELAIRE, 1985, p. 313). Mas isso não significa que o trabalho apenas nos traz fadigas e sofrimentos. Uma vez que faz parte da própria condição humana, o trabalho também participa da simples, feliz e aprazível sensação de estar vivo. De acordo com Arendt (2008, p. 118-119),

A benção ou alegria» do labor [trabalho] é o modo humano de sentir a pura satisfação de se estar vivo que temos em comum com todas as criaturas viventes; e chega a ser o único modo pelo qual também os homens podem permanecer no ciclo prescrito pela natureza, dele participando prazerosamente (sic), labutando e repousando, laborando e consumindo, com a mesma regularidade feliz e inintencional com que o dia segue a noite e a morte segue a vida.

Esse prazer pelo consumo do tempo e das coisas, esse desejo de gozar e aproveitar a vida, não pode ser recusado, tampouco retardado. Ele deve ser satisfeito; não há tempo a perder. O relógio não nos permite esquecer a urgência desse fato. Esse “deus sinistro, hediondo, indiferente,/ Que nos aponta o dedo em riste e diz: *Recorda!*” (BAUDELAIRE, 1985, p. 313, grifo do autor) nos

atormenta com seus ponteiros. O soneto XII de Willian Shakespeare (2012, p. 25) anuncia o inevitável e inexorável efeito do tempo:

Quando a hora dobra em triste e tardo toque
E em noite horrenda vejo escoar-se o dia,
Quando vejo esvair-se a violeta, ou que
A prata a preta têmpera assedia;
Quando vejo sem folha o tronco antigo
Que ao rebanho estendia a sombra franca
E em feixe atado agora o verde trigo
Seguir no carro, a barba hirsuta e branca;
Sobre tua beleza então questiono
Que há de sofrer do Tempo a dura prova,
Pois as graças do mundo em abandono
Morrem ao ver nascendo a graça nova.
Contra a foice do Tempo é vão combate,
Salvo a prole, que o enfrenta se te abate.

Essa sensação de impotência, incompletude, mortalidade é intensificada exponencialmente na modernidade. Este tédio, este “mal-estar na temporalidade”, como denomina Matos (2008), são alguns dos sintomas típicos que assolam os corações do sujeito contemporâneo. Mas o que levou o homem moderno a se perder nesse labirinto de percepções? Essa não é uma questão de fácil resposta. Qualquer tentativa simplista ou redutora de encontrar uma resolução definitiva somente nos levaria a uma explicação parcial e incompleta.

Berman (2007) argumenta que os homens e mulheres modernos almejam se tornar mais do que objetos. Há o desejo de atuação como sujeitos – enquanto seres ativos – desse processo de modernização. Entretanto, inúmeros paradoxos ainda persistem. Nesses tempos modernos as pessoas são movidas pelo desejo de mudança e, ao mesmo tempo, pelo terror da desorientação e da desintegração; há um medo velado de que a vida humana possa se fragmentar em múltiplos pedaços. Persiste aquele sentimento, aquela preocupação humana de se perder em meio a esse vórtice de múltiplas possibilidades e tempos desconexos (BERMAN, 2007). Tudo isso pode ter contribuído para a perda – ou ao menos para um desvio – do caminho trilhado pelo sujeito moderno. Mas qual é a origem de todo esse turbilhão de possibilidades?

CONTROLE DE UM TURBILHÃO INCONTROLÁVEL?

Para Berman (2007), várias são as fontes que alimentam esse redemoinho de contradições e ambiguidades da modernidade. As causas dessas condições, afirma Berman (2007, p. 25), são as

Grandes descobertas nas ciências físicas, [...]; a industrialização da produção, [...]; descomunal explosão demográfica, [...]; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos e em desenvolvimento, [...]; Estados nacionais cada vez mais poderosos, [...]; enfim, [...], um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante e em permanente expansão.

Mas essas mudanças não ocorreram de modo instantâneo. Foram necessários cinco séculos de transformações, resistências e aceitações para acomodar o pensamento moderno. A semente desse pensamento germinou com o *de omnibus dubitandum est* de Descartes, ou seja, de que tudo deve ser posto em dúvida. Mas não a dúvida que aprisiona a mente humana com o intuito de protegê-la dos delírios do pensamento ou das ilusões dos sentidos. Não a dúvida cética relacionada à moral e aos “preconceitos dos homens e das épocas” e tampouco como “método crítico de pesquisa científica e especulação filosófica” (ARENDDT, 2008, p. 286). A abrangência e amplitude da dúvida cartesiana excedem a significação daqueles conteúdos tão perceptivelmente concretos.

O conceito mais fundamental e radical da dúvida cartesiana foi primeiramente a reação a uma nova realidade. A questão havia extrapolado a antiga e clássica disputa entre os sentidos e a ideia, entre a imanência e a transcendência. Os filósofos haviam percebido que as descobertas de Galileu, por exemplo, não desequilibravam exclusivamente a balança entre razão e sentidos. A questão continha uma característica infinitamente mais atemorizante: não foi a razão que alterara a concepção material do mundo, mas antes um instrumento – o telescópio – produzido pela própria mão do homem. De acordo com Arendt (2008, p. 287), o que levou o homem “ao novo conhecimento não foi a contemplação, nem a observação, nem a especulação, mas a entrada em cena do *homo faber*², da atividade de fazer e de fabricar”.

A partir desse momento, a relação do homem com a natureza sofreria uma radical alteração. A obra das mãos humanas materializa o conjunto das coisas que constituem a artificialidade do mundo em que vivemos. Essa criação da realidade procura conferir estabilidade e solidez à efêmera e inconstante vida biológica do homem (ARENDDT, 2005).

O espírito da modernidade estimulou a crença na possibilidade do ser humano criar e controlar seu próprio destino. Desse modo, o ser humano deseja se libertar dos braços, do jugo da natureza (*physis*) e da divindade. Essa revelação fez com que o homem aspirasse ao poder de se inventar no tempo – ei-lo seduzido pelos encantos dessa sereia! Acredita que não está mais sujeito ao controle da Providência. Descobre a possibilidade e o afã de “querer, agir e transforma-se no tempo, no qual se constrói um mundo comum” (MATOS, 2008, p. 245). O discurso moderno é hipnótico: o papel, antes reservado a Deus, pertence agora exclusivamente ao homem. Individualidade, liberdade e autonomia: são estas as qualidades que o espírito moderno deseja conferir ao ser humano. Contudo, a criação de um mundo não natural – materializado pelas mãos do *homo faber* – somado ao dever de autotransformação individual conferido pelos tempos modernos, faz com que o homem seja tragado por um turbilhão de mudanças, lutas e contradições. Escapar a essa dinâmica vertiginosa parece pouco provável, pois não há espaço nem tempo a perder. A pressão do relógio marca a cadência do ciclo vital. Basta apenas um vacilo e o tempo cobrará o seu salário. “Vaporoso, o Prazer fugirá no horizonte/ Como uma sílfide por trás dos bastidores” (BAUDELAIRE, 1985, p. 313).

Para Berman (2007, p. 31), “a moderna humanidade se vê em meio a uma enorme ausência e vazio de valores, mas, ao mesmo tempo, em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades.” Essa dicotomia de alternativas pode se configurar naquilo que Matos (2008) denomina de “patologia do presente” em que há uma perda de sentido da vida humana em comum. Para Matos (2008, p. 247), “vive-se uma inflação das possibilidades de significados e, portanto, a impossibilidade em reconhecê-los”. Apesar da abundância de possibilidades, há uma perda de valores, uma sensação de vazio – é a impregnação do seu contrário, segundo Nietzsche (1992). Nesse sentido, o homem ousa individualizar-se; ele quer expressar sua singularidade.

Entretanto, essa individualidade somente encontra significado na coletividade humana, naquilo que Elias (1994) discutiu com grande profundidade na obra *A sociedade dos indivíduos*³. O resultado dessa condição? Um homem que procura reafirmar sua identidade e que, ao mesmo tempo, busca desesperadamente a aceitação dos outros em um mundo que, muitas vezes, lhe parece estranho. Estamos confortáveis ou nos sentimos estranhos nesse mundo?

AUTONOMIA, SUJEIÇÃO E A IMPOSIÇÃO DO TEMPO

Vimos, anteriormente, segundo a concepção arendtiana, que trabalho e consumo representam apenas dois estágios de um mesmo processo, imposto ao homem pelas necessidades biológicas da vida. Uma vez que frequentemente ouvimos dizer que vivemos em uma sociedade de consumidores, isso nos leva, por inferência, a concluir que vivemos em uma sociedade de trabalhadores (ARENDDT, 2008). Ora, o ponto mais marcante da vida contemporânea⁴ não reside na obtenção, pelo homem, da igualdade de direitos na sociedade moderna, mas sim no nivelamento, na redução de quase todas as atividades humanas ao desejo comum de “assegurar as coisas necessárias à vida e de produzi-las em abundância” (ARENDDT, 2008, p. 139). A sociedade nos anuncia o veredicto de que devemos fazer o necessário para “ganhar o próprio sustento”.

A ambiguidade tragicômica aí apresentada – e representada pela humanidade – é reveladora: se por um lado o homem hodierno dispõe, conforme o discurso do pensamento moderno, de liberdade e autonomia para decidir seu próprio destino, há, em contrapartida, uma sujeição – encoberta, oculta – do indivíduo ao cárcere impositivo de “ganhar o sustento” para si e sua família. Essa sensação indigesta parece acompanhar constantemente a vida do homem contemporâneo.

A necessidade indelével e vital do ser biológico – trabalhar para consumir – se tornou uma poderosa ferramenta de dominação do homem pelo homem – *homo homini lúpus*, já afirmara Plauto e posteriormente Thomas Hobbes. Em outros termos, a inevitabilidade biológica e vital do consumo permitiu ao homem criar e alimentar necessidades – até que ponto necessárias? – para escravizar os desejos consumistas de outros seres humanos.

Esses se tornam apenas objetos, meios para atingir determinados fins de natureza eminentemente econômica. Oh! Impiedosa crueldade! Sófocles há muito percebeu esse traço característico na natureza humana. Em *Antígona* o dramaturgo grego (1996, p. 18-19) vaticina:

Muitas são as coisas prodigiosas [terríveis]⁵ sobre a terra mas nenhuma mais prodigiosa [terrível] do que o próprio homem. [...] Na criação que o cerca só [há] dois mistérios terríveis, dois limites. Um, a morte, da qual em vão tenta escapar. Outro, seu próprio irmão e semelhante, o qual não vê e não entende. Se não resiste a ele, é esmagado. Se o vence, o orgulho o cega e vira um monstro que os deuses desamparam.

Dominar o homem ou perecer sob o jugo do homem – será este o destino da humanidade? Não há dúvida de que a assombrosa e ao mesmo tempo terrível capacidade humana transformou as características do mundo. Mas e as consequências dessas transformações?

Na época contemporânea, encontramos uma grande parcela da sociedade existindo – e subsistindo – exclusivamente para o ato de consumo. Tornamo-nos consumidores! A necessidade biológica transformada em um objetivo *per se*, em um ciclo intermitente entre trabalho e consumo. Assim se revela uma das origens do culto consumista que está posto e legitimado em nossa sociedade moderna e capitalista. Esse “labirinto do consumo”, como denomina Matos (2008), precisa se alimentar; ele necessita de uma miríade quase infinita de elementos para que seu *corpus* ganhe forma. O caminho para isso é a produção seriada das mercadorias – e também a criação do desejo pelas mercadorias –, pois o circuito precisa se manter em funcionamento. Matos (2008, p. 240) instiga a reflexão ao comentar que,

A produção em série das mercadorias, a monotonia de multiplicação ao infinito do Mesmo, o medo pânico da deriva entre prateleiras e vitrines das galerias e lojas de departamento, dissimulam-se nas pequenas variações nos protótipos de maneira a dissimular o sentimento de angústia e induzir à compra, para manter o circuito em funcionamento.

Produção em série para satisfação do consumo. Consumo e desejo de consumo. O sentido natural, biológico e vital do primeiro expandido exponencialmente pela genitura em proveta do segundo. Dessa forma, cria-se

no homem moderno uma necessidade, muitas vezes, não necessária – ou pelo menos muito além da real necessidade humana. Tornamo-nos assim consumidores em uma sociedade de consumo. Ávidos por novidades. Cada nova tecnologia nos enfeitiça com sua fantasmagoria de luzes, cores, sons. Artefatos encantadores de beleza efêmera e descartável. Mas o desejo parece turvar a nossa mente. A vontade libertadora não mais existe – e se algum dia realmente existiu, ela se tornou petrificada pelo olhar dessa Górgona. Achamo-nos senhores. Contudo, em fato, tornamo-nos escravos do consumo. Aquilo que nos acalenta hoje, nos desconforta amanhã. Essas sensações nos envolvem nesse vórtice inextinguível. Ciclo recorrente e infundável. Novos desejos, mais consumo. Novos consumos, mais desejos.

Assim foi – e ainda permanece – preparado o terreno fértil e certo para o desenvolvimento e expansão do mercado capitalista. Se o desejo consumista não existe, ele pode – e deve – ser criado. Essa é a palavra de ordem. Todo o investimento industrial e tecnológico aplicados na produção precisa ser recuperado e expandido. Essa é a lei do mercado. Ao homem – servo do trabalho e do consumo – resta a resignação satisfeita desse fado. Viver, trabalhar e consumir; em um movimento circular das funções corporais (ARENDDT, 2005). Entretanto, essa existência humana, esse intervalo de vida prescrito pela natureza, não se realiza sem sobressaltos.

Em uma sociedade embebida pelas tecnologias – artefatos criados pelo homem –, o trabalho – condição da própria vida – é influenciado, se não sujeitado, aos ditames da técnica e de seus aparatos tecnológicos. Aqui o pensamento moderno se expressa em sua máxima potência. A transformação do “conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos” (BERMAN, 2007, p. 16). Assim, os ambientes não passam incólumes na medida em que o homem cria seu mundo.

Essa nova criação – o artifício humano – conferiu ao homem uma nova relação com o mundo e, em especial, com o tempo. Houve uma poderosa transformação conceitual nessa relação. O tempo na sociedade moderna ocupa uma centralidade nunca antes imaginada. E agora ele reina soberano, completa Matos (2008). Essa entidade abstrata ganhou um corpo, uma materialidade em nossos dias. O alerta de Woodcock (1981, p. 122) é oportuno:

O homem ocidental civilizado, entretanto, vive num mundo que gira de acordo com os símbolos mecânicos e matemáticos das horas marcadas pelo relógio. É ele que vai determinar seus movimentos e dificultar suas ações. O relógio transformou o tempo, transformando-o de um processo natural em uma mercadoria que pode ser comprada, vendida e medida como um sabonete ou um punhado de passas de uvas.

É nesse sentido – mercadoria – que o tempo exige uma economia. Ao aplicar ao trabalho, a economia de tempo se converte na necessidade de diminuição do período gasto para a realização das atividades. E a exigência de controle do tempo não se restringe apenas às atividades estritamente econômicas. Sob esse aspecto, a necessidade de controle penetra em todas as instâncias das relações humanas (SILVA, 1996).

Na modernidade, a tentativa de controlar o tempo ganha *status* de materialidade através do “tempo artificial” medido por uma das mais importantes criações do homem: o relógio. Esse instrumento aparentemente inocente transformou completamente as relações entre as pessoas e a relação destas com a natureza. Em nossos dias, os homens se movem pela cadência monótona, repetitiva e constante de suas engrenagens. Baudelaire (1985, p. 313, grifo do autor) nos diz: “Três mil seiscentas vezes por hora, o Segundo/ te murmura: *Recorda!*”. E aqui o relógio nos esmaga sob o peso de seu mecanismo. O homem moderno vive sob a determinação da máquina. Nas palavras de Woodcock (1981, p. 126), “agora são os movimentos do relógio que vão determinar o ritmo da vida do ser humano – os homens se tornaram escravos de uma ideia de tempo que eles mesmos criaram e são dominados por esse temor, tal como aconteceu com Frankenstein.”

O homem tornou-se, assim, senhor do tempo, pois pode medi-lo ou dosá-lo com grande precisão. Pode economizá-lo, gastá-lo ou vendê-lo. Entretanto, esse mesmo homem se viu submetido a ele. “Exato, aplicado, apressado, regular nas suas ações, o homem moderno parece ter-se ironicamente tornado ele próprio um relógio” (SILVA, 1996, p. 29). A criação dominou o criador. Sentimo-nos, assim, como o coelho branco de Alice⁶: vociferamos contra o relógio – ou seria contra nós mesmos? – pois estamos sempre atrasados! Desejamos constantemente disparar tiros contra os relógios das torres (MATOS, 2008). Será essa a liberdade almejada pelos homens modernos?

TRABALHO, PRODUTIVIDADE E PRODUTIVISMO ACADÊMICO

Uma das características mais marcantes da época moderna, desde a sua gênese até nossos dias, é a típica atitude do *homo faber* em instrumentalizar o mundo, a “confiança nas ferramentas e na produtividade do fazedor de objetos artificiais” (ARENDR, 2008, p. 318). Na fabricação repousa a convicção de que tudo pode ser resolvido e que a motivação humana pode se basear no princípio da utilidade: a natureza vista como matéria-prima, como algo que pode ser extraído, transformado e reintroduzido no mundo (ARENDR, 2008). Entretanto, os artefatos dessa fabricação perderam suas características elementares de “estabilizadores do mundo” – objetos de uso – para se converterem em objetos de consumo em uma sociedade contemporânea profundamente marcada pelo ciclo biológico do trabalho-consumo (ARENDR, 2008)⁷.

Ora, como normalmente a atividade do trabalho – na contemporaneidade – se destaca frente às outras atividades da *vita activa*⁸, os artefatos criados pelo *homo faber* – as inúmeras obras e tecnologias disponíveis – servem como meio para intensificar – de maneira direta ou indireta – a produtividade do *animal laborans*⁹. Desse modo, tudo parece simultaneamente urgente e importante; tudo se converte em uma cultura de desempenho e *performance* – exige-se maior produção em menor tempo (MATOS, 2008).

Essa nova maneira de conceber a realidade – produtividade e desempenho – encontrou no relógio – maquinismo emblemático da modernidade – o seu mais legítimo e fundamental aliado. Tanto a produtividade quanto o desempenho podem ser calculados e avaliados com acurada precisão. O tempo artificial torna-se o medidor da vida moderna. Essa modernização do trabalho do homem marcará definitiva a sua relação com o mundo. “É nessa relação entre tempo e trabalho, na qual a teoria econômica busca a essência do conceito de produtividade e em que se funda o princípio básico do taylorismo, que se desenvolve a noção de tempo útil expressa na clássica fórmula: tempo é dinheiro” (SILVA, 1996, p. 28). O homem necessita produzir; essa é uma exigência social e economicamente irresistível. Todos, ou pelo menos a grande maioria, são avaliados pela produtividade de seu trabalho. Para muitos, um trabalho estafante, doloroso e recorrente, cujo objetivo final é a

produção de bens de consumo que, ironicamente, serão consumidos pelo próprio trabalhador – trabalho e consumo do *animal laborans* (ARENDR, 2008). Necessidades naturais impostas pelo ciclo biológico e desejos não naturais impostos pela própria mão do homem. O consumo elevado à sua máxima potência. Os desejos e impulsos precisam tornar-se insaciáveis, pois a produção não pode e não deve parar. Herbert Marcuse percebeu, com grande lucidez, essas contradições. O pensador alemão afirma (1973, p. 26, grifo do autor):

A intensidade, a satisfação e até o caráter das necessidades humanas, acima do nível biológico, sempre foram condicionados. O fato de a possibilidade de se fazer ou deixar de lado, gozar ou destruir, possuir ou rejeitar algo ser ou não tomada por *necessidade* depende de poder ou não ser ela vista como desejável e necessária aos interesses (sic) e instituições sociais comuns. Neste sentido, as necessidades humanas são necessidades históricas e, no quanto a sociedade exija o desenvolvimento repressivo do indivíduo, as próprias necessidades individuais e o direito destas à satisfação ficam sujeitos a padrões críticos predominantes.

Assim, o homem vive entre o desejo consumista impositivamente presente e a pressão nervosa do tempo da vida moderna. As exigências de desempenho, produtividade, eficiência e eficácia, agravadas pelos constrangimentos dos relógios de ponto no trabalho e pelo ritmo acelerado da rotina diária, têm afetado de modo indelével a saúde das pessoas – sujeitando-as a quadros depressivos, doenças nervosas e neurastenias (MATOS, 2008). A sensibilidade de Baudelaire (1985, p. 313) para esse fato é visionária: “[...] o Agora diz: Eu sou o Outrora,/ E te suguei a vida com meu bulbo imundo!” Quem dera o homem pudesse parar o tempo e pôr fim à angústia de sentir a juventude se esvaír tal qual a inexorável queda da areia na ampulheta. Mas este é um desejo irrealizável. “Contra a foice do Tempo é vão combate” (SHAKESPEARE, 2012, p. 25).

O desejo inalcançável de perenidade cobra o seu tributo. Em seu íntimo, o homem resignado de sua fatalidade procura desesperadamente uma forma de compensação. É preciso suprir este vazio. O apoio na misericórdia divina foi ofuscado pelas luzes da razão. Resta encontrar outro modo de satisfazer os anseios humanos. Lefebvre (1991) já alertara que a finalidade legitimadora da sociedade é a satisfação. As necessidades humanas conheci-

das ou estabelecidas são ou serão satisfeitas. E o que significa essa satisfação? Lefebvre (1991, p. 89) esclarece:

Em uma saturação tão rápida quanto possível (quanto às necessidades que podem ser pagas). A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco. É a saturação. Logo que atingida, a satisfação é solicitada pelos mesmos dispositivos que engendraram a saturação. Para que a necessidade se torne rentável, é estimulada de novo, mas de maneira um pouquinho diferente. As necessidades oscilam entre a satisfação e a insatisfação, provocadas pelas mesmas manipulações.

É preciso consumir para satisfazer – ou, ao menos, tentar satisfazer – esse vazio interior. Mas os objetos de consumo não possuem a durabilidade desejada. Eles rapidamente se tornam obsoletos e/ou desnecessários, pois são criados para ter uma vida efêmera.

À obsolescência do objeto deve-se acrescentar ainda, lembra Lefebvre (1991), a obsolescência da necessidade. É fundamental que as velhas necessidades sejam substituídas por outras mais novas. A estratégia é estimular o desejo por novos produtos, novos serviços, novas condições de vida. Esta é a dinâmica que movimenta a sociedade capitalista.

A produtividade industrial e econômica ampara a necessidade efêmera do consumo exacerbado. A condição para participar do jogo é a capacidade para adquirir os objetos do desejo – sempre renovados e sedutores. Suprir estas necessidades exige do ser humano um constante esforço por mais desempenho. Contudo, é necessário perceber que a cultura do desempenho e da produtividade não se restringe somente às áreas econômica e industrial da sociedade. Ela também encontra guarida no interior da academia, no ambiente escolar e educacional (LAVAL, 2004; WATERS, 2006).

Para Laval (2004), há uma crise de legitimidade na escola provocada por uma tendência neoliberal¹⁰ que procura instituir um novo modelo competitivo baseado nas expectativas do mercado. Nesse sentido, aponta Laval (2004), ocorre uma mercantilização das instituições educacionais na medida em que elas são avaliadas em termos de eficácia e produtividade. Para Waters (2006), a grande disputa por recursos financeiros faz com que as instituições de ensino empreguem técnicas de administração de empresas

que objetivam o aumento do desempenho e da produtividade. Estas são alegações controversas que exigiriam, indiscutivelmente, um debate detalhado e profundo. Infelizmente, isso nos levaria a caminhos muito distantes daquele planejado para esse ensaio. Entretanto, uma questão tratada por Waters (2006) merece algumas considerações: o aprisionamento e submissão do acadêmico das ciências humanas – principalmente dos pesquisadores e professores universitários – às demandas absurdas de produtividade textual exigida pelo sistema educacional.

A proliferação das publicações acadêmicas com o intuito de aumentar a produtividade das universidades – e assim conseguir, entre outros fatores, mais visibilidade institucional e, conseqüentemente, mais recursos para pesquisa – demonstra, explicitamente, como a cultura da *performance* e do desempenho denunciada por Matos (2008) adentra o recinto das instituições de ensino superior.

O problema é que a enorme explosão de produção não significa manutenção da qualidade do material produzido. Waters (2006, p. 24-25) é extremamente severo em sua crítica:

O problema dos artigos ridículos publicados pelos estudiosos das humanidades foi em parte resultado do grande aumento no número de publicações que se espera que eles próprios (e todos os acadêmicos) perpetrem em papel ou despejem uns sobre os outros, na forma de comunicações em congressos. Esse quadro mostra um mundo todo errado, mas o problema não se limita às humanidades. Estamos experimentando uma crise generalizada das avaliações, que resulta de expectativas não razoáveis sobre quantos textos um estudioso deve publicar.

Sob essa perspectiva, o pesquisador se encontra no centro de um turbulento campo de batalha, envolvido por um enorme turbilhão de contradições. Ele se sente pressionado tanto pelo relógio – prazo para a produção textual – quanto pela produtividade – quantidade de material produzido. A intensificação do produtivismo acadêmico precariza o trabalho do pesquisador e afeta negativamente a sua qualidade de vida (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009).

O acadêmico se converte, dessa forma, no mais típico e emblemático dos homens modernos. Sua existência gravitando entre trabalho e publica-

ção. Sua obra – aspirante à estabilidade e durabilidade no mundo – sendo transmutada em simples bem de consumo – elemento perecível e efêmero – para satisfação exclusiva de uma “cultura míope” de produtividade e desempenho. Uma estafante exigência de produção que o obriga – é preciso reconhecer a possível cumplicidade do acadêmico nessa relação – a ir muito além de suas reais forças.

Talvez, o preço a pagar por essa tácita aceitação – quiçá conivência – seja muito alto: uma produção acadêmica insípida, rasa, medíocre, desprovida, muitas vezes, de relevância científica e social e que estará irremediavelmente fadada – há ousadia nesta afirmação – ao esquecimento e total desaparecimento. Diante disso, o destino do pesquisador deve – na verdade, precisa – ser outro. É necessário compreender e resistir ao ardid do tempo acelerado e da produtividade acadêmica desmedido. Para Waters (2006, p. 18), a vida acadêmica deve ser orientada “[...] para um mundo diferente daquele dominado pelo relógio de ponto”.

Ainda que o ser humano não possa controlar o tempo, talvez seja possível, ao menos, aliviar a canga imposta por cada minuto. Recordar a inexorabilidade do tempo não significa ceder à opressão dos ponteiros do relógio da modernidade. Tampouco o escoar do dia conduz à inevitabilidade de uma noite horrenda. É preciso acreditar na possibilidade de romper com a sujeição à ditadura do relógio. Resistir ao seu encantamento exige esforço. Qual seria a alternativa? A passividade e a submissão. Uma vida irremediavelmente idêntica à do coelho branco de Alice: sempre correndo, sempre atrasado e nunca satisfeito!

Artigo recebido em: 14/06/2015

Aprovado para publicação em: 10/11/2015

PRODUCTIVITY AND PERFORMANCE: THE MEN'S TIME AND THE MEN WITHOUT TIME

ABSTRACT: This paper seeks to incite some reflections about the relationship between man and time. Methodologically, the text takes on a qualitative approach supported by literature research. Initially, the author mentions the power exercised by an instru-

ment originally designed to serve humanity: the clock. Then, present elements that indicate how the relationship between human and time produces several acceptances, contradictions and breaks in modern society. The paper discusses the relationship between time in modernity and concepts of work, consumption, productivity and performance. Finally, the text denounces the existence of social and economic forces that promote dictatorship of “productivity and performance” within the academy. Even, these forces show themselves insensitive to adverse consequences both for research as for academic production.

KEYWORDS: Productivity and performance. Time and clock. Work and human consumption. Academic productivism.

PRODUCTIVIDAD Y RENDIMIENTO: EL TIEMPO DEL HOMBRE Y EL HOMBRE SIN TIEMPO

RESUMEN: Este artículo pretende provocar reflexiones sobre la relación entre el hombre y el tiempo. Metodológicamente, el texto adquiere un enfoque cualitativo apoyado en una investigación bibliográfica. Inicialmente, se destaca el poder ejercido por un instrumento originalmente diseñado para servir a la humanidad: el reloj. A continuación se presentan los elementos que indican cómo la relación del hombre con el tiempo produce varias aceptaciones, contradicciones y rupturas en la sociedad moderna. Se discuten las tenues relaciones entre el tiempo en la modernidad y los conceptos de trabajo, de consumo, de productividad y de rendimiento. Por último, el texto denuncia la existencia de fuerzas sociales y económicas que promueven la dictadura “la productividad y rendimiento” dentro de la academia. Incluso, estas fuerzas se manifiestan insensibles a las consecuencias nefastas, tanto para la investigación como para la producción académica.

PALABRAS CLAVE: Productividad y rendimiento. Tiempo y reloj. Trabajo y consumo. Productivismo académico.

NOTAS

- 1) Isso não significa afirmar a absoluta identidade entre o trabalho humano e as atividades e comportamentos dos demais organismos vivos. O propósito é simplesmente destacar a função primordial do trabalho enquanto atividade supridora das necessidades fundamentais do homem.
- 2) O *homo faber* é aquele que fabrica a obra durável e objetiva do mundo dos homens (ARENDETT, 2005).

3) Elias (1994) afirma que é preciso libertar o pensamento da compulsão de considerar os termos 'sociedade' e 'indivíduo' como antagonônicos. Para o sociólogo alemão (1994, p. 8), essa libertação se dará na medida em que se compreenda que "os seres humanos ligam-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade".

4) A vida contemporânea é tratada no texto como sinônimo de vida moderna – tempo e espaço no qual subsiste o pensamento moderno.

5) Rudolf Otto (2007) discute a dificuldade de se traduzir o termo grego *deinós*, pois ele apresenta uma polissemia de sentidos e diferentes conotações. Otto (2007, p. 79) esclarece que "ao se desdobrarem os seus aspectos, ele [*deinós*] então se torna *dirus* e *tremendus*, terrível e soberbo, descomunal e estranho, esquisito e admirável, assombroso e fascinante, divino, demoníaco e 'enérgico.'" O filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (2005, p. 31-34) defende que o termo mais apropriado para a tradução de *deinós* é terrível. Sua justificativa encontra apoio no próprio texto de Sófocles - análise do encadeamento lógico da tragédia - e nos dicionários especializados de grego.

6) Alice no País das Maravilhas de Lewis Carroll.

7) Apesar do tema instigante, não é o objetivo do texto debater a prevalência do *animal laborans* (trabalho) sobre o *homo faber* (fabricação) na modernidade. Uma discussão aprofundada sobre o tema pode ser encontrada na obra *A Condição Humana* de Hannah Arendt.

8) A *vita activa* é a vida própria da condição humana, ou seja, é aquela composta pelas atividades humanas: *trabalho* que produz tudo o que é necessário para manter vivo o organismo humano; *fabricação* que cria tudo que é preciso para abrigar o corpo humano; *ação* que organiza a vida em comum dos muitos seres humanos (ARENDDT, 2005, p. 176).

9) O *animal laborans* é aquele [homem] que produz as necessidades vitais que devem alimentar o processo vital do corpo humano (ARENDDT, 2005, p. 180).

10) Segundo Laval (2004, p. XI), "a escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico".

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARENDDT, H. Trabalho, obra, ação. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 7, p.175-201, fev. 2005. Tradução Adriano Correia. Disponível em: <<https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/10/arendt-trabalho-obra-acao.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

- BAUDELAIRE, C. *As flores do mal*. Tradução Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia de Letras, 2007.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Organização de Michael Schröter. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Tradução Giasone Rebuá. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MATOS, O. Mal-estar na temporalidade: o ser sem o tempo. In: NOVAES, A. (Org.). *Mutações*. Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: Edições SESC SP, 2008. p. 235-267.
- NIETZSCHE, F. W. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Letras, 1992.
- OTTO, R. *O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2007.
- PINTO, A. V. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.
- SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.
- SHAKESPEARE, W. *50 sonetos*. Tradução Ivo Barroso. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- SILVA, J. P. *Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo – 1906/1932*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1996.
- SÓFOCLES. *Antígona*. Tradução Millôr Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- WATERS, L. *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição*. Tradução Luiz Henrique de Araujo Dutra. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- WOODCOCK, G. A ditadura do relógio. In: _____ (Org.). *Os grandes escritos anarquistas*. Tradução de Júlia Tettamanzi e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 122-126.

SANDRO DE OLIVEIRA: Doutorando em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, mestre em Educação pela mesma instituição. Possui bacharelado em Administração pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP-PR), licenciatura em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR). Atualmente é professor da Faculdade de Tecnologia SENAC Florianópolis.
E-mail: sandro.cwb@gmail.com

MARTHA KASCHNY BORGES: Doutora em Educação pela Université Pierre Mendes France II. Foi Presidente e Diretora Técnico-Científico da Fundação Escola de Governo – Escola Nacional de Advocacia (ENA). Atualmente é professora associada da Universidade do Estado de Santa Catarina, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado e de Doutorado.
E-mail: marthakaschny@hotmail.com
